



LOTEAMENTO DO CASAL DAS PEDREIRAS

ESTUDO PRÉVIO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

VOLUME III – ANEXOS

ANEXO V – PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA

ÍNDICE - ANEXO V –PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA

V.1 - PATA

V.2 - LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

V.3 - FIGURAS

V.4 - RELATÓRIO



Sandra Nobre <eco.sandranobre@gmail.com>

Fwd: Estado do PATA via Portal do Arqueólogo

1 mensagem

TERRALEVIS <terralevis@gmail.com>

27 de fevereiro de 2024 às 16:36

Para: Sandra Nobre <eco.sandranobre@gmail.com>

Boa tarde, Sandra

Segue agora o comprovativo da submissão do PATA.

Entretanto, quando puder facturar e receber a factura da adjudicação diga-me por favor.

Com os melhores cumprimentos e obrigado pela Vossa atenção.

João Albergaria

**TERRALEVIS Património, Arqueologia e Sistemas de Informação, Lda****Rua da Fé, 10A, 1150-149 Lisboa****218860693****910515566 (João Albergaria)****937476115 (Mulize Ferreira)**

----- Forwarded message -----

De: **João Albergaria** <j.albergaria@gmail.com>

Date: terça, 27/02/2024 à(s) 16:35

Subject: Fwd: Estado do PATA via Portal do Arqueólogo

To: terralevis <terralevis@gmail.com>

----- Forwarded message -----

De: <portalarqueologo@dgpc.pt>

Date: terça, 27/02/2024 à(s) 16:34

Subject: Estado do PATA via Portal do Arqueólogo

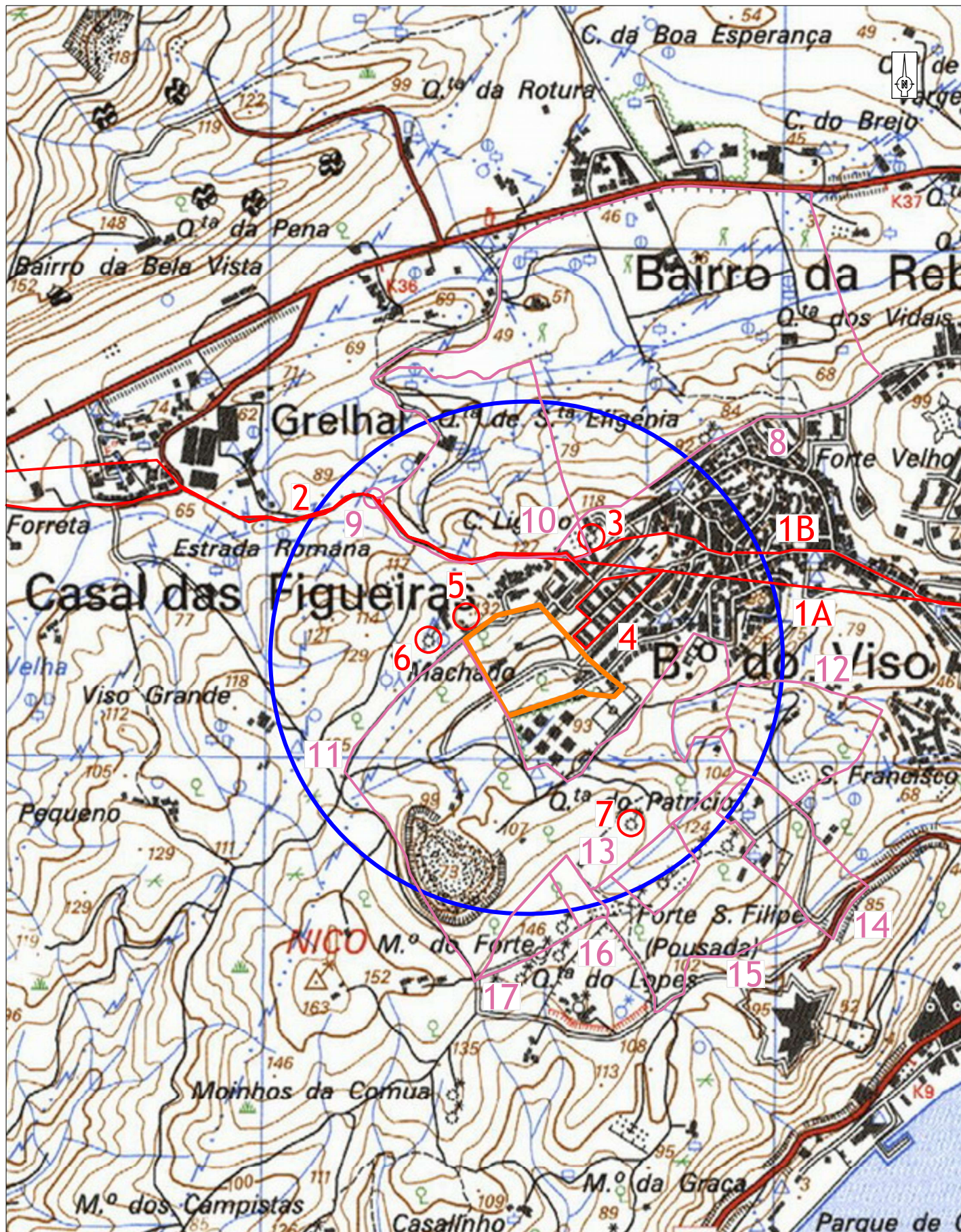
To: <portalarqueologo@dgpc.pt>

Cc: <j.albergaria@gmail.com>

**O "Portal do Arqueólogo" atualizou o estado do Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos.****ARQUEÓLOGO:** João Carlos Castelo Branco Soares Albergaria**PROJETO:** Descritor de Património para o Estudo de Impacte Ambiental (Projeto de Execução) do Projeto de Loteamento Urbano de Casal das Pedreiras**CATEGORIA:** C - ações preventivas e de minimização de impactes integradas em estudos, planos, projetos e obras com impacto sobre o território em meio rural, urbano e subaquático e ações de manutenção e conservação regular de sítios, estruturas e outros contextos arqueológicos, conservados a descoberto, valorizados museologicamente ou não.**TRABALHO:** Prospeção**SUBMETIDO EM:** 2024-02-27 16:34

Esta mensagem foi gerada automaticamente pelo Sistema de e-mail do Portal do Arqueólogo.

ANEXO V.2 - FIGURAS

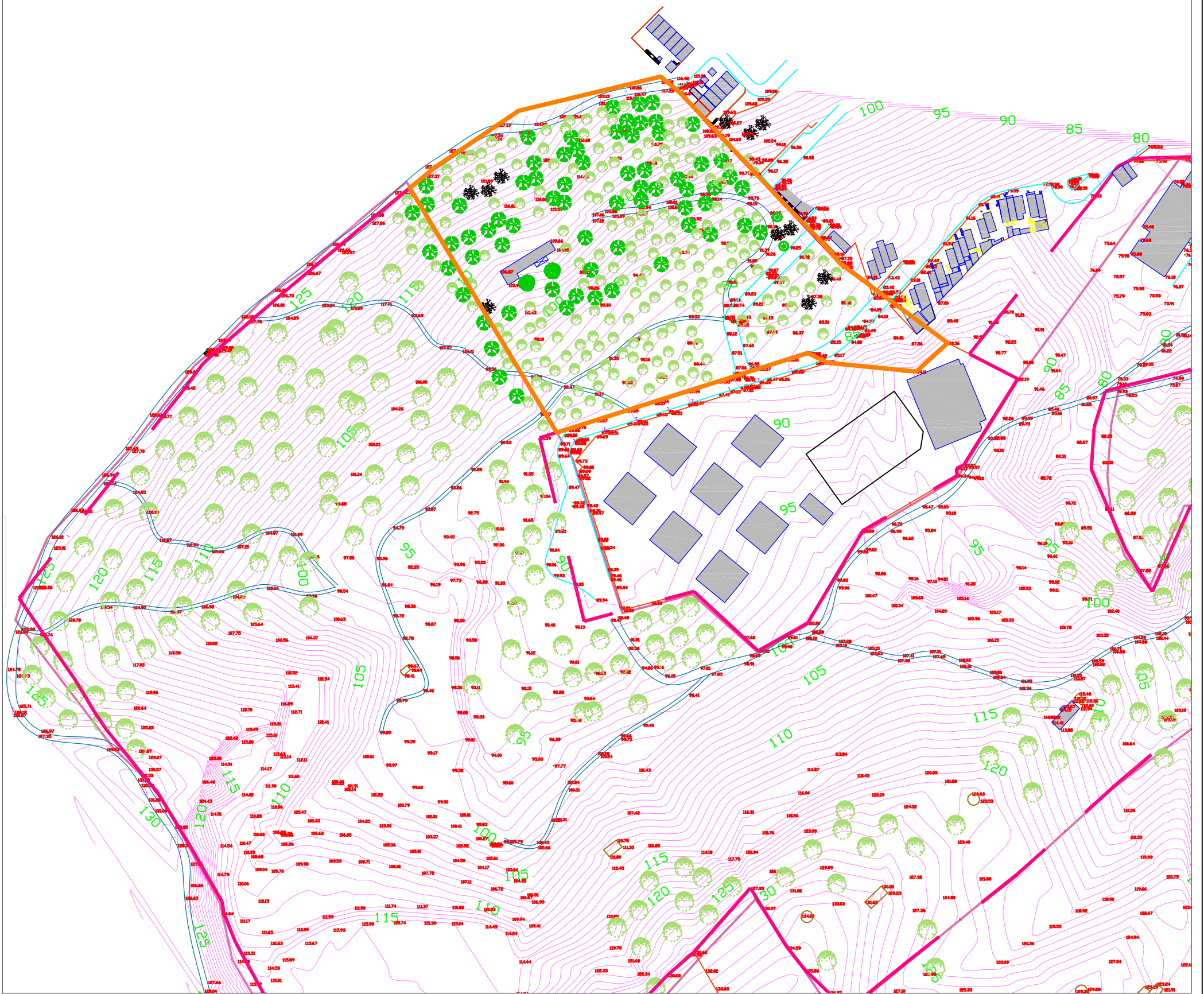
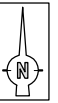


LEGENDA

- Área de enquadramento histórico
- Área de incidência de projeto
- Ocorrências patrimoniais
- Ocorrências no Plano Diretor Municipal



Projeto: 1156_24
Descritor de Património
Estudo de Impacte Ambiental (PE)
Folha: 1.01
Loteamento Urbano de Casal das Pedreiras Setúbal
Escala: 1:10000
Situação de referência
Coord: ETRS 89
Fonte: CMP 454
Executado por: João Albergaria
22/03/2024



LEGENDA

 Área de incidência de projeto



Projeto: 1156_24
Descritor de Patrimônio
Estudo de Impacte Ambiental (PE)
Loteamento Urbano de Casal das Pedreiras
Setúbal

Folha: 2.01

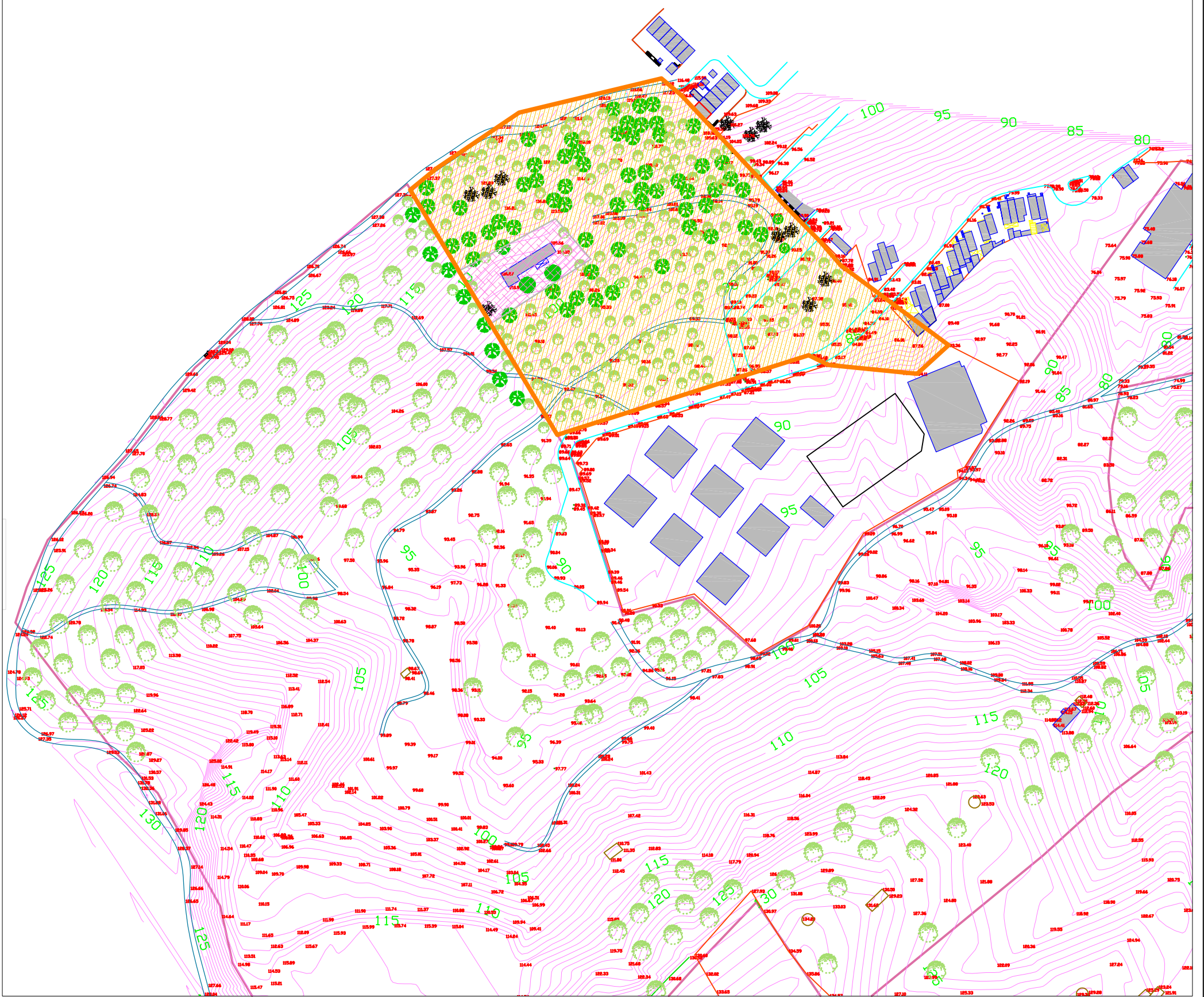
Escala:
1:2500

Coord:
ETRS 89

Área de incidência de projeto
(Levantamento Topográfico)

Executado por: João Albergaria

22/03/2024



LEGENDA

Área de incidência de projeto

Visibilidade média do terreno

Área vedada



Projeto: 1156_24

Descritor de Património

Estudo de Impacte Ambiental (PE)

Loteamento Urbano de Casal das Pedreiras

Setúbal

Folha: 3.01

Escala: 1:2500

Coord: ETRS 89

Visibilidade do terreno

Executado por: João Albergaria

22/03/2024

ANEXO V.3 – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



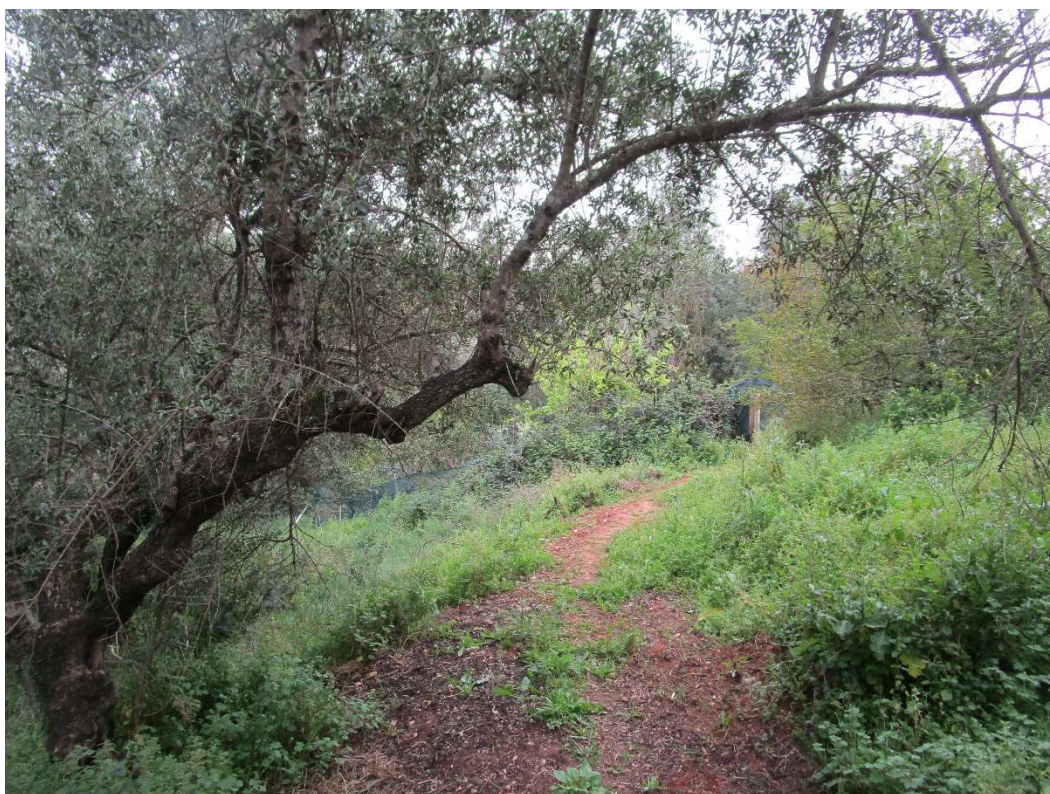
Fotografia 5



Fotografia 6



Fotografia 7



Fotografia 8



Fotografia 9



Fotografia 10

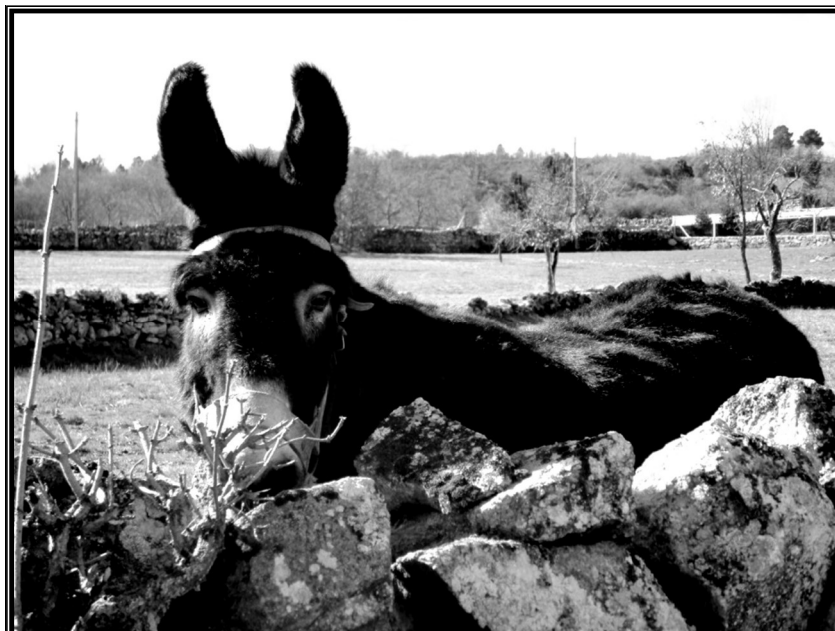


Fotografia 11

N.º	Sítio	Assunto	Orientação
1	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
2	Geral	Vista geral do terreno	E - O
3	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
4	Geral	Vista geral do terreno	NO - SE
5	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
6	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
7	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
8	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
9	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
10	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
11	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE

ANEXO V.4 – RELATÓRIO

RELATÓRIO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS



Descritor de Património para Estudo de Impacte Ambiental (Projeto de Execução)

Loteamento Urbano de Casal das Pedreiras
(Setúbal)

Entidade Contratante: UMBRELLA, PROJECT, LDA

Entidade Executante: TERRALEVIS, PATRIMÓNIO, ARQUEOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA
Março de 2024



TERRALEVIS

1 Resumo

Os trabalhos arqueológicos (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica do terreno), executados no âmbito do Descritor de Património para o Estudo de Impacte Ambiental (Projeto de Execução) do Loteamento Urbano de Casal das Pedreiras (Setúbal), não revelaram a existência de sítios com valor patrimonial na área de incidência deste projeto.

Por este motivo, não existem condicionantes patrimoniais para a concretização deste projeto.

Perante os resultados obtidos nas prospeções de campo e no levantamento de informação, será necessário assegurar o acompanhamento arqueológico permanente e presencial durante as operações que impliquem todo o tipo de movimentação de terras (desmatção, escavações, terraplanagens, depósitos e empréstimo de inertes), quer estas sejam feitas em fase de construção, quer nas fases preparatórias, como a instalação de estaleiros, abertura de caminhos ou desmatção.

Após a desmatção do terreno, será necessário proceder a novas prospeções arqueológicas sistemáticas, no solo livre de vegetação, para confirmar as observações constantes neste texto e identificar eventuais vestígios arqueológicos, numa fase prévia à escavação.

2 Índice

<u>1</u>	<u>RESUMO</u>	<u>2</u>
<u>2</u>	<u>ÍNDICE</u>	<u>3</u>
<u>3</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>5</u>
3.1	SÍNTESE DA MEMÓRIA DESCRITIVA DO PROJETO	5
<u>4</u>	<u>SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA</u>	<u>7</u>
4.1	METODOLOGIA	7
4.1.1	Levantamento de informação	7
4.1.1.1	Escala de análise espacial	7
4.1.1.2	Recolha bibliográfica	7
4.1.1.3	Análise toponímica	9
4.1.2	Prospecção arqueológica	9
4.1.2.1	Visibilidade do terreno	9
4.1.2.2	Ficha de sítio	10
4.1.2.3	Registo fotográfico	12
4.1.2.4	Registo cartográfico	12
4.1.2.5	Informação oral	13
4.1.3	Valor patrimonial	13
4.2	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	16
4.3	FACTOR DE PATRIMÓNIO	18
4.3.1	Caraterização da paisagem e do terreno	18
4.3.2	Ocorrências patrimoniais	19
<u>5</u>	<u>AValiação de IMPACTE PATRIMONIAL</u>	<u>20</u>
5.1	ANÁLISE DOS IMPACTES PATRIMONIAIS	20
5.1.1	Fase de exploração	20
5.1.2	Síntese de impactes	20
<u>6</u>	<u>MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO</u>	<u>21</u>
6.1	FASE DE CONSTRUÇÃO (ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO)	21
<u>7</u>	<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>23</u>
<u>8</u>	<u>FICHA TÉCNICA</u>	<u>24</u>
	<u>ANEXO I: DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA</u>	<u>25</u>

ANEXO II: INVENTÁRIO DE FOTOGRAFIAS	26
--	-----------

ANEXO III: INVENTÁRIO DE FOTOGRAFIAS IMPRESSAS	28
---	-----------

3 Introdução

A **Terralevis, Património, Arqueologia e Sistemas de Informação, Lda** foi contratada pela empresa **Umbrella, Project, Lda** para fazer o Descritor de Património para o Estudo de Impacte Ambiental (Projeto de Execução) do Loteamento Urbano de Casal das Pedreiras (Setúbal).

Considerando as características do projeto, este trabalho tem um caráter geográfico pontual, porque está circunscrito à atual área de implantação deste Loteamento Urbano.

A estratégia aplicada neste estudo dividiu-se em três etapas:

1. Planeamento e levantamento bibliográfico de toda a informação disponível.
2. Realização de prospeções arqueológicas sistemáticas em toda a área de implantação deste projeto (cerca de 2.5 hectares).
3. Elaboração de um relatório final.

O presente texto tem com principais objetivos:

1. Caracterização dos locais com valor patrimonial identificados na área de incidência do projeto.
2. Avaliação patrimonial de cada sítio.
3. Avaliação de impactos patrimoniais.
4. Proposta de medidas de mitigação patrimonial (específicas e genéricas).

O relatório final dos trabalhos arqueológicos deverá ser entregue dentro dos prazos previstos na legislação em vigor, após a aprovação do promotor deste estudo.

3.1 Síntese da memória descritiva do projeto

A propriedade, possui uma área total de duzentos e sessenta mil e trezentos e dez metros quadrados (260 310,00m²), apresentando uma topografia de declive acentuado que se desenvolve de forma descendente segundo uma orientação Norte-Sul. A propriedade desenvolve-se em torno da Escola Secundária Lima de Freitas e confina com o limite do Bairro da Anunciada.

Existe na propriedade, de forma dispersa, algumas pequenas construções destinadas à habitação ou anexos de apoio agrícola, além disso, encontram-se ainda edificadas no interior da propriedade as instalações da Associação de Moradores do Bairro da Anunciada (A.M.B.A.).

Na parcela propõe-se assim a criação de 1 lote destinado a comércio e serviços, 13 lotes destinados a habitação coletiva e 14 lotes destinados a habitação unifamiliar com áreas que variam entre os 418,00m² e os 2179,34m² e um total de 113 fogos. Prevê-se que as habitações coletivas possam vir a ser constituídas por 3 pisos mais cave não ultrapassando a cerca de 12,50m.

Para as habitações unifamiliares a cêrcea a respeitar deverá ser 6,50m e o número de pisos serão 2 mais cave. O índice de utilização bruta (IUB) da presente proposta corresponderá a 0,49. No interior dos lotes, devido à inclinação do terreno, prevê-se que a construção das caves seja destinada a estacionamento. Considera-se que as caves previstas nos lotes destinados a habitação coletiva poderão ocupar os Lotes na sua totalidade, não estando limitado pelo polígono de implantação.

Tratando-se de uma área de média densidade construtiva, a rede viária foi traçada no sentido de dar continuidade e ligação à rede viária existente no Bairro da Anunciação confinante e também no sentido de criar princípios e orientações para a malha urbana que será gerada no futuro, e que consolidará este espaço como área habitacional. Assim, propõe-se a criação de 3 vias transversais à parcela na orientação Nascente/Poente, que consistirão no prolongamento da Rua do Carrascal (Rua C), Rua Heróis de Abril (Rua B) e Rua José Carlos Ary dos Santos (Rua A), todas elas do Bairro da Anunciação. Propõe-se ainda a consolidação da Rua Batalha do Viso e a Rua D que consiste no prolongamento da Rua José Carlos Ary dos Santos. A Rua da Batalha do Viso, a Rua A e a Rua B encontram-se interligadas através do prolongamento da Rua B, a Oeste, evitando desta forma a existência de ruas em impasse e facilitando a fluidez do trânsito local.

A nível de estacionamento propõe-se a criação de 221 lugares para estacionamento público. Junto aos lotes destinados a habitação coletiva optou-se pela colocação de estacionamento a 90° com 2,50m x 5,00m por forma a permitir um maior número de lugares. Por outro lado, junto aos lotes destinados a habitação unifamiliar, propõe-se a colocação de estacionamento paralelo ao arruamento com 2,25m x 5,00m. Os lugares de estacionamento n.º 123 e 37 apresentam dimensões superiores para receber veículos de pessoas com mobilidade condicionada.

Relativamente aos espaços pedonais os mesmos foram projetados de modo a cumprir as disposições do Decreto-Lei 163/2006 de 8 de agosto, assim, prevê-se que os passeios garantam sempre uma largura mínima de 2,25m. Também as árvores propostas nos arruamentos serão dispostas em caldeira e alinhadas com o estacionamento, não interferindo com a circulação nos espaços pedonais. Além disso, prevê-se ainda a colocação de passadeiras rebaixadas com as condições necessárias para receber pessoas com mobilidade condicionada, garantindo-se os afastamentos necessários a mobiliário urbano, estacionamento, elementos arbóreos, etc.

4 Situação de Referência

4.1 Metodologia

Os trabalhos arqueológicos que aqui se propõem foram executados segundo a Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro), o Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro de 2014), os Estatutos do Património Cultural, I. P (Portaria n.º 388/2023 de 23 de novembro), o Regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal (Decreto-Lei 140/2009 de 15 de junho), o Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual dada pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro (Regulamentação dos Procedimentos de AIA), os Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I. P (Portaria n.º 404/2023 de 5 de dezembro) e pretendem cumprir os Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental (Circular, de 29 de Março de 2023).

O pedido de autorização de trabalhos arqueológicos (P.A.T.A.) foi enviado à Direção Geral de Património Cultural, no dia 27 de Fevereiro de 2024, com a direção científica de João Albergaria.

Os trabalhos realizados não se sobrepõem com outros trabalhos aprovados pelas outras Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e pelo Património Cultural, I.P.. A equipa técnica teve uma afetação de 100% a este projeto.

4.1.1 Levantamento de informação

4.1.1.1 ESCALA DE ANÁLISE ESPACIAL

A situação atual do fator Património circunscreve uma pequena **área de enquadramento histórico**, que tem a finalidade de facilitar a integração dos elementos patrimoniais eventualmente registados nas prospeções arqueológicas. A **área de incidência do projeto** corresponde aos limites efetivos deste loteamento urbano (zona que vai ser intervencionada). A **área de impacte indireto** corresponde à área prospetada sem afectação direta no solo e ao limite de toda a propriedade.

4.1.1.2 RECOLHA BIBLIOGRÁFICA

O levantamento da informação de cariz patrimonial e arqueológico incidiu sobre os seguintes recursos:

- *Portal do Arqueólogo: Sítios* (Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos, doravante designada *Endovélico*)¹ da responsabilidade do Património Cultural, I.P. (PCIP).

¹ <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>. O Código Nacional de Sítio (CNS) dá acesso à ficha com a descrição do mesmo no *Endovélico*

- *Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação*² da responsabilidade do PCIP
- *SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*³ da responsabilidade do PCIP.
- *Geossítios: Inventário Nacional do Património Geológico* da responsabilidade da Universidade do Minho⁴
- *Vias Romanas em Portugal: Itinerários*⁵ da autoria de Pedro Soutinho
- *Inventário dos Jardins Históricos de Portugal* da responsabilidade da Associação Portuguesa de Jardins Históricos⁶
- Googlemaps⁷
- *Plano Director Municipal de Setúbal*, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/94, *Diário da República*, 1ª Série B, n.º 184, de 10/8/1994, 4566-4591; alterado pela Declaração n.º 416/99 (2ª série), *Diário da República*, 2ª Série, n.º 292 de 17/12/1999, pela Declaração n.º 49/2000 (2ª série), *Diário da República*, 2ª Série, n.º 47, de 25/02/2000, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2001, *Diário da República*, 1ª Série B, n.º 75 de 29/03/2001 e pela Declaração n.º 268/2001 (2ª série), *Diário da República*, 2ª Série, n.º 207 de 06/09/2001; parcialmente suspenso pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 185/2005 *Diário da República*, 1ª Série B, n.º 230 de 30/11/2005; retificado pela Declaração de rectificação n.º 1142/2010, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 113 de 14/06/2010; novamente alterado pelo Aviso n.º 9397/2013, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 139 de 22/07/2013, pelo Aviso n.º 2263/2017, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 45 de 03/03/2017, pelo Aviso n.º 1297/2018, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 19 de 26/01/2018; parcialmente suspenso pelo Aviso n.º 5849/2018, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 84 de 02/05/2018 que foi reterificado pela Declaração de Retificação n.º 499/2018, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 130 de 09/07/2018; mais uma vez alterado pelo Aviso n.º 6619/2018, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 95 de 17/05/2018; parcialmente suspenso pelo Aviso n.º 9468/2022, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 90 de 10/05/2022 e pelo Aviso n.º 11332/2023, *Diário da República*, 2ª Série, n.º 112 de 12/06/2023.
- *Setúbal, município participado: Geoportal de Setúbal* (<http://sig.mun-setubal.pt/websigsetubal/>, 04/03/2024)
- *Setúbal, município participado: Património* (<https://www.mun-setubal.pt/patrimonio/>, 04/03/2024)

²<https://patrimonioldgpc.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91>

³ http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2

⁴ <https://geossitios.progeo.pt/>

⁵ <http://viasromanas.pt/>

⁶ <https://jardinshistoricos.pt/home/search>

⁷ <https://maps.google.pt/>

- *Setúbal, município participado: Planeamento e Ordenamento do Território* (<https://www.mun-setubal.pt/planeamento-e-ordenamento-do-territorio/>, 04/03/2024)

4.1.1.3 ANÁLISE TOPONÍMICA

A análise dos topónimos recenseados na CMP 1:25000 verificou a ausência de topónimos com potencial significado arqueológico na área de projeto do empreendimento em estudo.

4.1.2 Prospeção arqueológica

As prospeções arqueológicas realizaram-se no dia 21 de Março de 2024, de forma sistemática em toda a área de incidência do projeto.

Conforme consta no Formulário que acompanha o Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos, o técnico responsável foi devidamente autorizado pelo promotor do Estudo Ambiental para realizar prospeções arqueológicas nos terrenos e responsabiliza-se por eventuais danos causados pela atividade arqueológica.

Os meios usados no trabalho foram: indumentária tradicional para prospeções arqueológicas (que incluiu chapéu e casaco com sinalização), máquina fotográfica digital (a partir da qual se obtiveram as imagens constantes no relatório) e cartografia impressa (implantação da linha/apoios nas respetivas Cartas Militares de Portugal, no levantamento topográfico à escala de projeto de execução e na imagem aérea). A sinalização e segurança foi efetuada conforme a legislação prevista para este tipo de trabalhos de campo.

A documentação recolhida nos trabalhos de campo foi integralmente transposta para o atual relatório. Como não foram recolhidos materiais arqueológicos no decorrer das prospeções arqueológicas, não há necessidade de fazer qualquer depósito de materiais arqueológicos.

Nesta fase de avaliação ambiental não estão previstas ações de divulgação pública dos resultados obtidos nas prospeções.

4.1.2.1 VISIBILIDADE DO TERRENO

O descritor de visibilidade do terreno encontra-se organizado em duas categorias subordinadas: a primeira consiste numa análise geral da visibilidade do terreno, que permite distinguir as grandes unidades de observação; a segunda distingue-se pela necessidade de pormenorizar o grau de visibilidade boa do terreno (ver Quadro 2).

Visibilidade má do terreno	1	Intransponível ao percurso pedestre.
Visibilidade mista do terreno	2	Arvoredo denso, mas com o mato medianamente limpo. Facilita o percurso pedestre e a observação geral do terreno.
Visibilidade média do terreno	3	Arvoredo pouco denso e com vegetação acima do joelho. Facilita o percurso pedestre e a observação de construções.
Visibilidade boa do terreno	4	Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho. Facilita o percurso pedestre, a observação de construções e de materiais arqueológicos.
Solo urbano	5	Sem arvoredo, com vegetação abaixo do joelho, grande quantidade de entulho e de lixo recente. Observação de construções, mas superfície de solo original sem qualidade de observação.
Aterros e escavações	6	Sem arvoredo, sem vegetação e com o terreno completamente revolido. Superfície do solo original sem qualidade de observação.
Área vedada	7	Intransponível ao percurso pedestre.
Terreno de forte inclinação	8	Percurso pedestre dificultado por questões de segurança.
Áreas de fogo e de desmatção	9	Arvoredo pouco denso e vegetação rasteira Facilita o percurso pedestre, a observação de construções e de materiais arqueológicos.

Quadro 1 - Graus de visibilidade do terreno

Visibilidade mínima da superfície do solo	4.1	Vegetação rasteira a cobrir a quase totalidade do solo. Observação facilitada de construções, mas com identificação difícil de materiais arqueológicos.
Visibilidade intermédia da superfície do solo	4.2	Vegetação rasteira a cobrir parcialmente o solo. Observação facilitada de construções e identificação razoável de materiais arqueológicos.
Visibilidade elevada da superfície do solo	4.3	Solo limpo por trabalhos agrícolas recentes. Observação facilitada de construções e de materiais arqueológicos.

Quadro 2 - Grau de diferenciação do descritor 4

4.1.2.2 FICHA DE SÍTIO

O registo dos sítios com valor patrimonial identificados no decorrer dos trabalhos de campo é feito numa ficha criada para este efeito.

A Ficha de Sítio encontra-se organizada em cinco grupos de descritores relacionados com os seguintes objetivos:

- Identificação;
- Localização administrativa e geográfica;
- Descrição da Paisagem;
- Caracterização do material arqueológico;
- Caracterização das estruturas;
- Avaliação e classificação do valor patrimonial;
- Avaliação e classificação do valor de impacto patrimonial.

Designação	Nome do lugar identificado ou do topónimo mais próximo situado na mesma freguesia.
CNS	Classificação Numérica de Sítios, atribuída na Base de Dados <i>Endovélico</i> .
Tipo de sítio	Utilização de listagem existente na Base de Dados <i>Endovélico</i> .
Período	Utilização de listagem existente na Base de Dados <i>Endovélico</i> .
Tipo de trabalhos realizados	Utilização de listagem existente na Base de Dados <i>Endovélico</i> .
Classificação oficial	Tipo de Classificação Oficial.
Legislação	Decreto-Lei que define a Classificação Oficial.
ZEP	Zona Especial de Proteção, com o Decreto-Lei que a define.
Número	Numeração sequencial dos sítios identificados.

Quadro 3 - Grupo de descritores relacionado com a identificação de sítio

Topónimo	Topónimo na CMP 1:25000 mais próximo situado na mesma freguesia.
Lugar	Nome do lugar situado mais próximo, considerando sempre as fontes orais.
Freguesia	Freguesia onde está localizado.
Concelho	Concelho onde está localizado.
Sistemas de Coordenadas	<i>ETRS 89</i>
C.M.P.	Número da folha da Carta Militar de Portugal esc. 1:25000

Quadro 4 - Grupo de descritores relacionado com a localização de sítio

Acessibilidade	Tipo de Acessos e respetiva inventariação.
Âmbito geológico	Caraterização geológica sumária do local de implantação do sítio.
Relevo	Descrição sumária do relevo onde o sítio se encontra implantado.
Coberto vegetal	Descrição sumária da vegetação que cobre e circunda o sítio.
Uso do solo	Descrição do uso do solo no local implantação do sítio.
Controlo Visual da Paisagem	Descreve a amplitude da paisagem observável a partir do sítio.
Tipo de vestígios identificados	Caraterização dos vestígios que permitiram a identificação do sítio.

Quadro 5 - Grupo de descritores relacionado com a descrição da paisagem envolvente

Área de dispersão	Caraterização da área de dispersão do material arqueológico.
Tipo de dispersão	Caraterização da forma como o material arqueológico se distribui pela área do sítio.
Tipo de material presente	Recenseamento dos tipos de material arqueológico observados no sítio.
Caraterísticas do material identificado	Descrição mais pormenorizada do material arqueológico observado.
Cronologia do material identificado	Caraterização cronológica do material arqueológico observado.

Quadro 6 - Grupo de descritores relacionado com a caracterização do material arqueológico

Estado de conservação	Caraterização do estado de conservação das estruturas.
Descrição da planta e relação espacial das estruturas	Descrição da forma como as estruturas identificadas se organizam espacialmente.
Modo de construção	Descrição do modo de construção de cada estrutura.
Materiais de construção	Descrição dos materiais usados na construção de cada estrutura.
Descrição das estruturas	Descrições das caraterísticas de cada estrutura que não tenham sido assinaladas nos campos anteriores.
Interpretação funcional das estruturas	Proposta da função de cada estrutura.
Elementos datantes da estrutura	Registo de eventuais elementos datantes intrínsecos a cada estrutura.

Quadro 7 - Grupo de descritores relacionado com a caracterização das estruturas

4.1.2.3 REGISTO FOTOGRÁFICO

O registo fotográfico realizado teve como objetivos a obtenção de imagens dos sítios com valor patrimonial, da paisagem envolvente, do relevo e da vegetação que cobria o terreno, na área que será afetada por este projeto.

4.1.2.4 REGISTO CARTOGRÁFICO

A área de projeto foi delimitada na Carta Militar de Portugal, mais concretamente na folha n.º 454 (Anexo I, Fig.ª 1, à escala 1:25.000).

O projeto de execução e o grau de visibilidade do terreno foram assinalados na cartografia de projeto, *vide* Anexo I, Fig. 2 e Fig. 3, à escala 1:2500.

N.º	Designação	Concelho	Freguesia	M	P
01	Via Olisipo - Emerita (troço Aquabona -Caetobriga)	Setúbal	UF de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-68271	-126516
02	Calçada do Viso	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-68278	-126514
03	Moinho do Casal Ligeiro	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-68092	-126482
04	Bairro SAAL do Casal das Figueiras	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-68062	-126609
05	Moinho da Estrela	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-68337	-126638
06	Moinho do Machado	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-68410	-126683
07	Moinho da Quinta do Patrício	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-68015	-127041
08	Quinta dos Vidais	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-67937	-126077
09	Quinta de Santa Efigénia	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-68517	-126406
10	Casal Ligeiro	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-68127	-126500
11	Quinta do Viso	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-68275	-127017
12	Quinta	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-67699	-126872
13	Quinta	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-67964	-127132

N.º	Designação	Concelho	Freguesia	M	P
14	Quinta do Patrício	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-67816	-126994
15	Olival de São Filipe	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-67855	-127219
16	Quinta da Porta Falsa	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-68119	-127180
17	Quinta	Setúbal	Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	-68196	-127241

Quadro 8 - Localização das ocorrências inventariadas na área de enquadramento histórico

4.1.2.5 INFORMAÇÃO ORAL

No decorrer das prospeções arqueológicas sistemáticas não se obteve informação oral relevante para este estudo.

4.1.3 Valor patrimonial

A avaliação do **Valor Patrimonial** é obtida a partir dos descritores considerados mais importantes para calcular o valor patrimonial de cada sítio. O valor patrimonial é calculado usando as categorias apresentadas no Quadro 8, às quais é atribuída uma valoração quantitativa.

Valor da Inserção Paisagística	2
Valor da Conservação	3
Valor da Monumentalidade	2
Valor da raridade (regional)	4
Valor científico	7
Valor histórico	5
Valor Simbólico	5

Quadro 9 - Fatores usados na avaliação patrimonial e respetiva ponderação

Por **Valor da Inserção Paisagística** entende-se a forma como o sítio se relaciona com o espaço envolvente, se esta relação acrescenta ou não valor ao sítio, assim como a avaliação da qualidade desse espaço. Se, por exemplo, a paisagem onde o sítio se encontra se apresentar semelhante à paisagem original, entenda-se a paisagem contemporânea da construção e utilização do sítio, a sua inserção paisagística será considerada “com interesse”.

Nos casos em que não foi possível determinar este valor, o mesmo não contribuiu para o cálculo do Valor Patrimonial.

Com Interesse	5
Com pouco interesse	2
Sem Interesse	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 10 - Descritores do Valor da Inserção Paisagística e respetivo valor numérico

O **Valor da Conservação** avalia o estado de conservação da incidência patrimonial em questão. Do valor deste item pode depender uma decisão de conservação e/ou restauro de um sítio, já que é mais profícuo, se todas as outras variáveis forem iguais, investir na conservação de um sítio em bom estado do que num sítio em mau estado.

O nível de conservação de um sítio subterrado é desconhecido, portanto este critério não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Bom	5
Regular	2
Mau	1
Desconhecido	Nulo

Quadro 11 - Descritores do Valor da Conservação e respetivo valor numérico

O **Valor da Monumentalidade** considera o impacto visual da incidência patrimonial no meio envolvente, dadas as suas características arquitetónicas e artísticas. Avalia simultaneamente o impacto que resulta de uma intenção evidente dos construtores do sítio em questão e o impacto que é atualmente observável, que decorre da evolução do sítio e da paisagem onde se insere, assim como da evolução das categorias culturais que reconhecem, ou não, a monumentalidade de um sítio.

É claro que a atribuição deste valor deve ser avaliada regionalmente. A valorização das suas características arquitetónicas e artísticas foi feita tendo em consideração a sua relevância a nível regional.

Também neste caso não foi possível determinar o Valor da Monumentalidade de um sítio totalmente enterrado e, nesse caso, este critério não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 12 - Descritores do Valor da Monumentalidade e respetivo valor numérico

O **Valor da Raridade** é determinado pela quantidade de incidências patrimoniais com as mesmas características daquela que se encontra em avaliação na região em estudo. Houve situações, por incapacidade de caracterizar convenientemente o objeto em estudo, em que se desconhecerá a raridade do mesmo. Nesse caso este critério não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Único	5
Raro	4
Regular	2
Frequente	1
Desconhecido	Nulo

Quadro 13 - Descritores do Valor da Raridade e respetivo valor numérico

O **Valor Científico** é o resultado do potencial que se atribui, ao sítio em avaliação, para o conhecimento das sociedades que o construíram e utilizaram. Este valor é independente da antiguidade atribuída à incidência patrimonial em questão.

Mais uma vez, quando este valor foi indeterminável, não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 14 - Descritores do Valor Científico e respetivo valor numérico

No **Valor Histórico** valoriza-se a importância que a incidência patrimonial tem como objeto representativo de um determinado período histórico na região em questão. Neste caso a antiguidade do objeto já foi considerada, visto que, em geral, conservam-se menos vestígios dos períodos históricos mais recuados, o que aumenta a importância de cada vestígio singular.

Também foi considerado na atribuição deste valor que, para o conhecimento das sociedades pré-históricas, assim como para o conhecimento de muitos aspetos das sociedades históricas e mesmo contemporâneas, os vestígios materiais são a única fonte de informação disponível.

Também neste caso, se não foi possível determinar este valor, não foi usado no cálculo do valor patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 15 - Descritores do Valor Histórico e respetivo valor numérico

Com o **Valor Simbólico** pretende-se avaliar a importância que a incidência patrimonial tem para as comunidades que usufruem dela atualmente. A atribuição deste valor depende da perceção do sítio na identidade comunitária, da relação afetiva que as populações mantêm com ele, e da importância na sua vivência social e religiosa. Se não for possível determinar este valor, o mesmo não será usado para calcular o Valor Patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 16 - Descritores do Valor Simbólico e respetivo valor numérico.

O **Valor Patrimonial** resulta, pois, da avaliação dos sete fatores anteriormente descritos. Esta avaliação decorre da observação do sítio e análise da informação existente sobre o mesmo. Classifica-se cada sítio segundo um determinado “valor” (Inserção Paisagística, Conservação, Monumentalidade, etc.), através de uma valoração qualitativa (Elevado, Médio, Reduzido, por exemplo) à qual é atribuído um valor numérico conforme os quadros anteriores.

Como se considera que os ditos fatores não devem pesar da mesma forma no **Valor Patrimonial**, são ponderados de forma diferenciada, conforme os valores apresentados no Quadro 17.

Assim, o **Valor Patrimonial** é um índice que resulta da soma dos produtos dos vários critérios apresentados com o valor de ponderação, dividida pelo número total de categorias consideradas, ou seja:

$$\frac{(\text{Valor da Inserção Paisagística} \times 2) + (\text{Valor da Conservação} \times 3) + (\text{Valor da Monumentalidade} \times 2) + (\text{Valor da Raridade} \times 4) + (\text{Valor Científico} \times 7) + (\text{Valor Histórico} \times 5) + (\text{Valor Simbólico} \times 5)}{7}$$

Se todos os fatores forem considerados, o Valor Patrimonial mais baixo atribuível será igual a 4, enquanto o valor mais alto será igual a 20. Só será obtido um valor patrimonial inferior a 4, o que corresponde à Classe E de Valor Patrimonial, se os únicos fatores considerados no cálculo do Valor Patrimonial forem aqueles cujo grau de ponderação é o mais baixo, a saber, o Valor da Inserção Paisagística, o Valor da Conservação e o Valor da Monumentalidade. Num caso destes, o Valor Patrimonial obtido reflete sobretudo o desconhecimento acerca da incidência patrimonial em questão e portanto deve ser manuseado com muita cautela.

Conforme o Valor Patrimonial cada incidência patrimonial é atribuível a uma **Classe de Valor Patrimonial**, correspondendo a Classe A às incidências patrimoniais de valor mais elevado e a classe E às incidências patrimoniais com menor valor.

Significado	Classe de Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Muito elevado	A	$\geq 16 \leq 20$
Elevado	B	$\geq 12 < 16$
Médio	C	$\geq 8 < 12$
Reduzido	D	$\geq 4 < 8$
Muito reduzido	E	< 4

Quadro 17 - Relação entre as Classes de Valor Patrimonial e o Valor Patrimonial

4.2 Localização administrativa

A área de enquadramento histórico deste projeto implanta-se no Distrito de Setúbal, concelho de Setúbal (freguesia de Riachos) e concelho do Entroncamento e na União de Freguesias de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça).

N.º	Designação	Tipo de Sítio	CNS	Classificação	Legislação	Cronologia	Bibliografia
01	Via Olisipo - Emerita (troço Aquabona -Caetobriga)	Via	---	---	---	Romano	Almeida, 2017a, 204-213; Soutinho 2023a e 2023b
02	Calçada do Viso	Calçada	14160	---	---	Romano	Almeida, 2017a, 204-209 e Anexo II, n.º 59
03	Moinho do Casal Ligeiro	Moinho	---	---	---	Contemporâneo	CMP 1:25000; Googlemaps
04	Bairro SAAL do Casal das Figueiras	Conjunto edificado	---	---	---	Contemporâneo	Figueiredo e Costa, 2010/2014a
05	Moinho da Estrela	Moinho	---	---	---	Contemporâneo	Googlemaps
06	Moinho do Machado	Moinho	---	---	---	Contemporâneo	CMP 1:25000; Googlemaps
07	Moinho da Quinta do Patrício	Moinho	---	---	---	Contemporâneo	CMP 1:25000; Googlemaps
08	Quinta dos Vidais	Conjunto edificado	---	Espaço Cultural e Natural	PDM de Setúbal, artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e Planta das Quintas 3A	Contemporâneo	
09	Quinta de Santa Efigénia	Conjunto edificado	---	Espaço Cultural e Natural	PDM de Setúbal, artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e Planta das Quintas 3A	Contemporâneo	
10	Casal Ligeiro	Conjunto edificado	---	Espaço Cultural e Natural	PDM de Setúbal, artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e Planta das Quintas 3A	Contemporâneo	
11	Quinta do Viso	Conjunto edificado	---	Espaço Cultural e Natural	PDM de Setúbal, artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e Planta das Quintas 3A	Contemporâneo	
12	Quinta	Conjunto edificado	---	Espaço Cultural e Natural	PDM de Setúbal, artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e Planta das Quintas 3A	Contemporâneo	
13	Quinta	Conjunto edificado	---	Espaço Cultural e Natural	PDM de Setúbal, artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e Planta das Quintas 3A	Contemporâneo	
14	Quinta do Patrício	Conjunto edificado	---	Espaço Cultural e Natural	PDM de Setúbal, artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e Planta das Quintas 3A	Contemporâneo	
15	Olival de São Filipe	Conjunto edificado	---	Espaço Cultural e Natural	PDM de Setúbal, artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e Planta das Quintas 3A	Contemporâneo	
16	Quinta da Porta Falsa	Conjunto edificado	---	Espaço Cultural e Natural	PDM de Setúbal, artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e Planta das Quintas 3A	Contemporâneo	
17	Quinta	Conjunto edificado	---	Espaço Cultural e Natural	PDM de Setúbal, artigos 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e Planta das Quintas 3A	Contemporâneo	

Quadro 18 - Lista de Ocorrências Patrimoniais identificadas em toda a área de enquadramento histórico

4.3 Factor de património

4.3.1 Caraterização da paisagem e do terreno

O futuro loteamento urbano de Casal das Pedreiras vai ocupar um terreno com inclinação elevada, coberto por vegetação rasteira e com azinheiras a polvilhar a superfície.

As prospeções arqueológicas decorreram normalmente, sem qualquer obstáculo à progressão pedestre. Observou-se visibilidade média no terreno e uma pequena área vedada ao acesso público.



Figura 1 - Vista geral do terreno (visibilidade média)



Figura 2 - Vista geral do terreno (visibilidade média)



Figura 3 - Vista geral do terreno (visibilidade média)

4.3.2 Ocorrências patrimoniais

Os trabalhos realizados (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica) não revelaram a existência de sítios com valor patrimonial na área de projeto, quer de natureza arqueológica, quer arquitetónica ou etnográfica.

5 Avaliação de Impacte Patrimonial

5.1 *Análise dos impactes patrimoniais*

Os trabalhos efetuados (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica do terreno) não revelaram a presença de sítios com valor etnográfico, significado arquitetónico ou interesse arqueológico, na área de incidência deste projeto.

Por este motivo não existem impactes patrimoniais negativos (diretos e indiretos) conhecidos na área de incidência do futuro loteamento urbano.

5.1.1 Fase de exploração

Não se preveem impactes negativos (diretos ou indiretos) no decorrer da exploração dos edifícios.

5.1.2 Síntese de impactes

Os trabalhos executados no âmbito do Descritor Património (levantamento bibliográfico de informação e prospeções arqueológicas da superfície do terreno) demonstraram a inexistência de ocorrências patrimoniais na área de incidência do projeto.

Assim, em termos patrimoniais pode considerar-se como viável o projeto de empreitada proposta para análise.

6 Medidas de minimização

6.1 Fase de construção (acompanhamento arqueológico)

A construção desta urbanização terá que ter acompanhamento arqueológico permanente e presencial durante as operações que impliquem movimentações de terras (desmatações, escavações, terraplenagens, depósitos e empréstimos de inertes), quer estas sejam feitas em fase de construção, quer nas fases preparatórias, como a desmatção.

Antes de a obra ter início deverão ser discutidas, por todos os intervenientes, as medidas necessárias para evitar a destruição de sítios com valor patrimonial que venham a ser identificados, bem como, os procedimentos e normas a cumprir durante o Acompanhamento Arqueológico.

As observações realizadas pela equipa de arqueologia deverão ser registadas em Fichas de Acompanhamento, que têm os seguintes objetivos principais:

- Registrar o desenvolvimento dos trabalhos de minimização.
- Registrar todas as realidades identificadas durante o acompanhamento arqueológico (de carácter natural e de carácter antrópico) que fundamentam as decisões tomadas: o prosseguimento da obra sem necessidade de medidas de minimização extraordinárias ou a interrupção da mesma para proceder ao registo dos contextos identificados e realizar ações de minimização arqueológica, como por exemplo, sondagens arqueológicas de diagnóstico.

Sempre que for detetado um novo local com interesse patrimonial, este deverá ser alvo de comunicação ao Dono de Obra, ao Empreiteiro e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I. P, pelos canais que vierem a ser combinados em sede própria.

Após a conclusão do acompanhamento arqueológico de campo terá de ser realizado um relatório final com uma síntese de todas as tarefas efetuadas. Assim, deverá ser feito um texto, no qual serão apresentados os objetivos e as metodologias usadas, bem como, uma caracterização sumária do tipo de obra, os tipos de impacte provocados e um retrato da paisagem original.

Por fim, deverão ser caracterizadas todas as medidas de minimização realizadas, os locais de incidência patrimonial eventualmente identificados e descritos criteriosamente todos os sítios afetados pelo projeto.

As medidas patrimoniais genéricas aplicadas a todos os locais situados na zona abrangida pelo projeto são as seguintes:

- Proteção, sinalização e vedação da área de proteção de cada local identificado nos trabalhos, desde que não seja afetado diretamente pelo projeto.
- Realização de sondagens arqueológicas manuais, no caso de se encontrarem contextos habitacionais ou funerários, durante o acompanhamento arqueológico.

- As sondagens serão de diagnóstico e têm como principais objetivos: identificação e caracterização de contextos arqueológicos; avaliação do valor patrimonial do local; apresentação de soluções para minimizar o impacto da obra.

7 Bibliografia

ALBERGARIA, J.

(2001) - Contributo para um modelo de estudo de impacto patrimonial: o exemplo da A2 (Lanço Almodôvar/VLA). *Era Arqueologia*. 4: 84-101

ALMEIDA, M. J. M. H.

(2017a) - *De Augusta Emerita a Olisipo por Ebora: uma leitura do território a partir da rede viária*. Lisboa: FLUL.

FERREIRA, M. M. N. e SOARES, A. M. S. S.

(1994) - A Toponímia do Concelho de Almodôvar. *Vipasca*. Aljustrel. 3: 99-119.

FIGUEIREDO, R. e COSTA, A.

(2010/2014a) - Bairro Casal das Figueiras / Bairro SAAL do Casal das Figueiras.

SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

(http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2958404/03/2024)

MEIRA, M. D. *et alli*

(2021a) - *Plano Diretor Municipal de Setúbal: Revisão: A8 -Estudos de Caraterização do Território Municipal: Relatório Síntese: Versão para aprovação pela Assembleia Municipal*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.

SOUTINHO, P.
(2023a) - Olisipo-Salacia m.p.LX. *Map of Roman Roads. Portugal - viasromanas.pt: Ver. 5.4*

(<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1ulso916w2uKvjQ71mBXdaSqo5zw&z=11&ll=38.58589125365374%2C-8.98321937006571>, 05/10/2023)

(2023b) - VIA XII - Item ab OLISIPONE EMERITAM m.p. CLXI. *Vias Romanas em Portugal: Itinerários* (https://viasromanas.pt/index.html#lisboa_evora, 05/10/2023).

8 Ficha Técnica

Direção do Departamento Técnico: Mulize Ferreira

Direção Científica do Trabalho: João Albergaria

Prospeções arqueológicas: João Albergaria

Execução do Relatório: João Albergaria e Mulize Ferreira

Desenhos de Auto-Cad: João Albergaria

Anexo I: Documentação gráfica

Anexo II: Inventário de fotografias

N.º	Sítio	Assunto	Orientação
1	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
2	Geral	Vista geral do terreno	E - O
3	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
4	Geral	Vista geral do terreno	NO - SE
5	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
6	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
7	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
8	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
9	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
10	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
11	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE

Anexo III: Inventário de fotografias impressas

N.º	Sítio	Assunto	Orientação
1	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
2	Geral	Vista geral do terreno	E - O
4	Geral	Vista geral do terreno	NO - SE
6	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
9	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE
11	Geral	Vista geral do terreno	SO - NE